



São Paulo, 27 de março de 2025.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, o do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") disponibiliza as suas Demonstrações Financeiras individuais, para o exercício em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2025 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (<https://www.vvfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras>) em 28 de março 2025.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.

MARCEL EMILE FICKERS
Diretor - CFO

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Presidente - Comitê de auditoria

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

Demonstrações Financeiras
Banco Volkswagen S.A.
31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

No exercício de 2024, o cenário econômico do Brasil foi estável, apesar de desafios fiscais. Com a melhoria das expectativas de inflação, o Banco Central do Brasil (BACEN) optou por aumentar a taxa básica de juros (SELIC), passando de 11,75% ao ano em dezembro de 2023 para 12,25% ao ano em dezembro de 2024 indicando uma postura mais rigorosa na política monetária, com o intuito de conter a inflação e estabilizar a moeda. Essas decisões refletem um panorama econômico com desafios fiscais latentes e pressões inflacionárias que exigem monitoramento contínuo.

Cabe destacar que apesar do cenário macroeconômico não plenamente favorável, o mercado de carros e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em dezembro de 2024. Destaque também para o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, Volkswagen Truck & Bus, Audi Brasil, Ducati do Brasil, e Porsche Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do Grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 53,3 bilhões, com operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos representando R\$ 46,7 bilhões.

DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- Continuamos sendo o maior banco de montadora no Brasil, 18º colocado entre as instituições financeiras privadas e 25º entre os bancos do país, segundo o critério de total de ativos, conforme dados do BACEN.
- Somos responsáveis por 78,8% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 61,1% no segmento de caminhões e ônibus e 81,2% no segmento de automóveis.
- Mantivemos sólida presença no mercado de capitais e, realizamos a oferta pública da 13ª Letra Financeira, no valor de R\$ 1,0 bilhão de reais em três séries, de 2, 3 e 4 anos. A emissão atingiu demanda quase 3 vezes superior à oferta.
- Elaboramos nosso 1º Relatório Anual com indicadores ESG disponível em linguagem/*design* universal, trabalho desenvolvido no contexto de uma Estratégia de Descarbonização audaciosa até 2030.
- Mantivemos o *rating* de crédito brAAA/Estável pela S&P Global e adicionalmente AAA.br pela Moodys, o maior concedido por ambas as agências em escala nacional para créditos corporativos.
- Aferimos Índice de Basileia de 12,48% em 31 de dezembro de 2024.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.



As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2024 concentraram 88% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada sobre os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

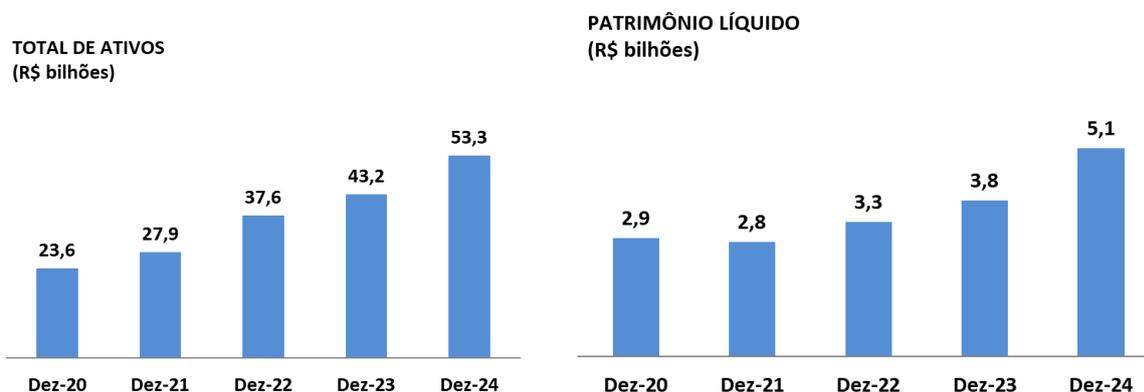
Ademais conforme as melhores práticas de mercado a partir de 28 de abril de 2023, o Comitê de Auditoria é independente, formado por dois membros externos e um interno, O Comitê de Auditoria supervisiona os trabalhos de auditoria e o processo de preparação das demonstrações financeiras.

Compromisso com as regulamentações do setor

Como instituição financeira constituída no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades regulatórias brasileiras.

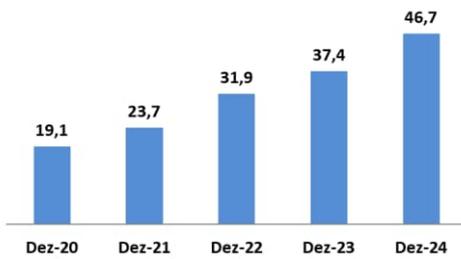
PRINCIPAIS DADOS

Abaixo, apresentamos sumário dos principais dados históricos do Banco Volkswagen.

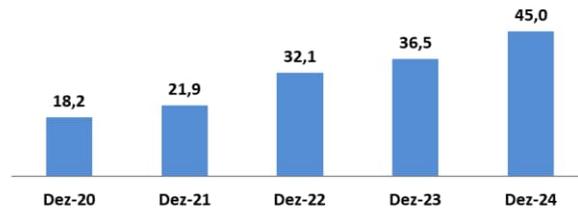




OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R\$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R\$ bilhões)



Banco Volkswagen S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Resumo do relatório do comitê de auditoria	43



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Volkswagen S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.



**Shape the future
with confidence**

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2024, a carteira de operações de crédito era de R\$ 46.667.201 mil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 1.731.471 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação externa, avaliamos os recebimentos financeiros subsequentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nosso exame, foram envolvidos especialistas na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.



**Shape the future
with confidence**

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rui Borges', written over a faint circular stamp or watermark.

Rui Borges
Contador CRC SP-207135/O

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

ATIVO	2024	2023
CIRCULANTE	26.358.504	20.805.974
Disponibilidades (Nota 3)	113	16
Instrumentos Financeiros	25.540.555	20.198.398
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	600.000	1.362.128
Relações interfinanceiras (Nota 3)	1.922.902	411.676
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	269.732	128.123
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	-	543.570
Operações de crédito (Nota 6)	19.551.291	15.638.899
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	3.196.630	2.114.002
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	18.250	17.846
Arrendamentos financeiros	18.250	17.846
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(423.654)	(320.165)
Operações de crédito	(399.138)	(296.407)
Operações de arrendamento mercantil	(157)	(96)
Outros créditos	(24.359)	(23.662)
Outros ativos (Nota 7)	1.223.240	909.879
NÃO CIRCULANTE	26.913.538	22.347.321
Instrumentos Financeiros	24.361.460	19.779.748
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	453.634	28.578
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	33.400	123.335
Operações de crédito (Nota 6)	23.874.426	19.623.812
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	-	4.023
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))	26.604	26.955
Arrendamentos financeiros	26.604	26.955
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))	(1.307.817)	(820.148)
Operações de crédito	(1.307.477)	(819.992)
Operações de arrendamento mercantil	(340)	(136)
Outros créditos	-	(20)
Ativos fiscais diferidos (Nota 20 (a))	1.842.608	1.556.241
Outros ativos (Nota 7)	1.322.922	1.241.515
Investimentos em participações em controladas (Nota 8)	622.456	525.461
Imobilizado de arrendamento (Nota 6 (e))	1.041	1.183
Imobilizado de uso (Nota 9)	26.803	23.027
Intangível (Nota 10)	97.376	82.148
Depreciações e amortizações	(79.915)	(68.809)
Imobilizado de uso (Nota 9)	(20.453)	(17.663)
Intangível (Nota 10)	(59.462)	(51.146)
TOTAL DO ATIVO	53.272.042	43.153.295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2024	2023
CIRCULANTE	27.765.637	20.725.660
Depósitos e demais instrumentos financeiros	26.956.126	19.767.665
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	6.680.349	7.307.065
Recursos de clientes (Nota 12)	15.264.871	7.800.109
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	4.613.784	3.952.390
Dívidas subordinadas (Nota 14)	293.587	301.184
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	2.451	20.532
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	101.084	386.385
Outros passivos (Nota 17)	809.511	957.995
NÃO CIRCULANTE	20.403.229	18.608.167
Depósitos e demais instrumentos financeiros	18.082.216	16.877.791
Recursos de instituição financeira (Nota 11)	4.416.033	2.548.457
Recursos de clientes (Nota 12)	3.765.389	5.222.213
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	8.671.279	7.385.877
Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.198.832	1.367.241
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	-	144.700
Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	30.683	209.303
Provisões (Nota 15)	1.199.788	1.287.122
Outras provisões	1.199.788	1.287.122
Passivos fiscais diferidos (Nota 20 (b))	335.162	56.850
Outros passivos (Nota 17)	786.063	386.404
Patrimônio líquido (Nota 18)	5.103.176	3.819.468
Capital social	3.650.746	2.576.633
Reservas de lucros	1.230.955	1.478.612
Outros resultados abrangentes	221.475	(235.777)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.272.042	43.153.295

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre	Exercícios	
	2024	2024	2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.963.622	7.420.577	6.247.217
Operações de crédito	3.552.306	6.729.054	5.683.589
Operações de arrendamento mercantil	2.199	4.517	7.189
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	110.255	227.261	212.519
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	110.441	132.404	105.499
Resultado de operações com características de concessão de crédito	188.421	327.341	238.421
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.397.120)	(4.505.878)	(4.190.362)
Operações de captação no mercado	(2.136.465)	(4.082.144)	(4.003.928)
Operações de empréstimos e repasses	(246.880)	(382.186)	(97.953)
Operações de venda de ativos financeiros	(13.775)	(41.548)	(88.481)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.566.502	2.914.699	2.056.855
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 6 (g))	(644.209)	(1.295.352)	(846.695)
Operações de crédito	(634.398)	(1.294.410)	(829.569)
Operações de arrendamento mercantil	(301)	(265)	1.025
Outros créditos	(9.510)	(677)	(18.151)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	922.293	1.619.347	1.210.160
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(813.753)	(1.261.204)	(931.399)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (g))	180.692	308.624	200.430
Despesas de pessoal	(2.526)	(5.449)	(8.592)
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(394.764)	(634.183)	(469.540)
Despesas tributárias	(65.101)	(117.104)	(73.679)
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	50.072	96.996	82.272
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	128.923	329.543	221.683
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(711.049)	(1.239.631)	(883.973)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES	(86.034)	(119.135)	(68.839)
Fiscais	(64.221)	(104.253)	(98.631)
Cíveis	(22.683)	(14.589)	20.850
Trabalhistas	870	(293)	8.942
RESULTADO OPERACIONAL	22.506	239.008	209.922
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	22.506	239.008	209.922
Imposto de renda (Nota 20 (c))	163.143	115.608	(48.730)
Contribuição social (Nota 20 (c))	124.834	90.161	(39.703)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	310.483	444.777	121.489
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R\$ (Nota 19)	0,99	1,42	0,39

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	<u>2º semestre</u>		<u>Exercícios</u>
	<u>2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do semestre / exercícios	310.483	444.777	121.489
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado (Nota 4)	268.348	457.252	(256.851)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	487.904	831.366	(467.002)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa – efeitos tributários	(219.556)	(374.114)	210.151
Total do resultado abrangente	578.831	902.029	(135.362)
Atribuível a:			
Acionistas da Instituição	578.831	902.029	(135.362)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Reserva de lucros						Total
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2022	1.843.883	18.515	251.563	1.087.045	21.074	-	3.222.080
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(256.851)	-	(256.851)
Aumento de Capital (AGE 22/06/2023 e AGE 08/12/2023)	732.750	-	-	-	-	-	732.750
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	121.489	121.489
Destinações:							
Reserva legal	-	-	6.074	-	-	(6.074)	-
Reserva especial de lucros	-	-	-	115.415	-	(115.415)	-
Em 31 de dezembro de 2023	2.576.633	18.515	257.637	1.202.460	(235.777)	-	3.819.468
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	457.252	-	457.252
Aumento de Capital – (AGE 20/06/2024)	538.981	-	-	-	-	-	538.981
Aumento de Capital (AGE 11/11/2024)	535.132	-	-	-	-	-	535.132
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	444.777	444.777
Destinações:							
Reserva legal	-	-	22.238	-	-	(22.238)	-
Juros sobre capital próprio (AGE 11/11/2024)	-	-	-	-	-	(692.434)	(692.434)
Reserva especial de lucros	-	-	-	(269.895)	-	269.895	-
Em 31 de dezembro de 2024	3.650.746	18.515	279.875	932.565	221.475	-	5.103.176
Em 30 de junho de 2024	3.115.614	18.515	264.351	1.202.460	(46.873)	127.580	4.681.647
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	268.348	-	268.348
Aumento de Capital (AGE 11/11/2024)	535.132	-	-	-	-	-	535.132
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	310.483	310.483
Destinações:							
Reserva legal	-	-	15.524	-	-	(15.524)	-
Juros sobre capital próprio pago (AGE 11/11/2024)	-	-	-	-	-	(692.434)	(692.434)
Reserva especial de lucros	-	-	-	(269.895)	-	269.895	-
Em 31 de dezembro de 2024	3.650.746	18.515	279.875	932.565	221.475	-	5.103.176

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais

	2º semestre	Exercícios	
	2024	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercícios	310.483	444.777	121.489
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações (Nota 23 (c))	5.416	11.127	6.777
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	(50.072)	(96.996)	(82.272)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6 (g))	644.209	1.295.352	846.695
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	68.029	140.512	156.636
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(110.441)	(132.404)	(105.499)
Resultado de obrigações por empréstimos	125.185	213.277	324.634
Provisões/(reversões) para outros passivos e ativos	(1.129)	(16.066)	(13.298)
Despesas/(reversões) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 16 (b))	86.033	119.016	68.839
Tributos diferidos	(224.691)	(382.167)	(167.824)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	853.022	1.596.428	1.156.177
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	229.811	266.370	(146.009)
Redução (aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(5.670.366)	(8.855.081)	(4.683.345)
Redução (aumento) em outros ativos	(1.232.758)	(934.575)	(1.584.563)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(133.545)	(391.002)	(168.218)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	(6.806.858)	(9.914.288)	(6.582.135)
Aumento (redução) em depósitos e demais instrumentos financeiros	6.089.300	8.231.012	3.989.472
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	725.821	978.651	(76.588)
Aumento (redução) em outros passivos	1.992	(188.746)	519.142
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	6.817.113	9.020.917	4.432.026
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	863.277	703.057	(993.932)
Aquisição/Baixa de imobilizado de uso (Nota 9)	(620)	(3.797)	(1.418)
Aquisição/Baixa de intangível (Nota 10)	(10.283)	(15.228)	(6.344)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(10.903)	(19.025)	(7.762)
Redução em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(170.775)	(316.517)	(439.615)
Juros sobre capital próprio	(692.434)	(692.434)	-
Aumento de Capital	535.132	1.074.114	732.750
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(328.077)	65.163	293.135
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	524.297	749.195	(708.559)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	1.998.718	1.773.820	2.482.379
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (Nota 3)	2.523.015	2.523.015	1.773.820
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	524.297	749.195	(708.559)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (“Instituição”) está autorizado a operar com as carteiras, de crédito e de arrendamento mercantil, de investimento e financiamento e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda e a Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, Volkswagen Truck & Bus, Audi Brasil, Ducati do Brasil e Porsche Brasil.

A Instituição ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.

A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*).

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).

(c) Instrumentos Financeiros

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.

II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01 (revogada pela Resolução CMN nº 4.966/21, a partir de 01.01.2025), são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:

- (i) destinados a “*hedge*” de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
- (ii) destinados a “*hedge*” de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do “*hedge*” são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.

A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).

III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

IV – Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo – Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo – Outras obrigações diversas. Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

(d) Operações de arrendamento mercantil

O disposto no artigo 19 do parágrafo 3º na Resolução BCB nº 2/20, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

O imobilizado de arrendamento, é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil, são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. Os ganhos e perdas são registrados no resultado, não sendo diferidos.

A composição dos valores são demonstrados na (Nota 6 (e)).

(e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99 (revogada pela Resolução CMN nº 4.966/21, a partir de 01.01.2025).

(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela administração. O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais (tributados quando da realização) e da superveniência de depreciação, é registrada na rubrica “Obrigações fiscais diferidas” no passivo.

A provisão para IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para CSLL foi constituída à alíquota de 20%, vigente em 31 de dezembro de 2024. Desde 2015 a alíquota de CSLL foi alterada por lei, variando de 15% a 25%.

A composição dos valores de IRPJ e CSLL, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20).

(g) Investimentos em participação em controladas

A Instituição detém participação no capital do Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda. de 100% e avalia esse investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Informações sobre a empresa controlada é demonstrada na (Nota 8).

(h) Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(i) Outros ativos

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento são contabilizados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).

(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto ativo fiscal diferido, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros” do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(l) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I – Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando se tornam praticamente certos, a partir da existência de evidências que propiciem a perspectiva de sua realização;

II – Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, indicando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

III – Obrigações legais - derivadas de contratos (explícitos ou implícitos), legislação ou outra ação da lei.

(n) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentado na (Nota 17).

(o) Patrimônio líquido

I – Capital social

O capital social é integralmente composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

II – Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais – refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei.
- Reserva legal – na forma da Lei 6.404/76, objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos.
- Reserva especial de lucros – refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

III – Lucro por ação

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos seus acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 19).

IV – Dividendos e Juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Instituição provisionada e não antecipada ao longo do exercício é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Total disponibilidades	113	16
Disponibilidades	113	16
Total aplicações no mercado aberto	600.000	1.200.411
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	600.000	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	1.200.411
Total aplicações em depósitos	-	161.717
Pós-fixado DI	-	161.717
Total relações interfinanceiras	1.922.902	411.676
Relações com correspondentes no país	1	83
Depósitos vinculados ao Banco Central	1.922.901	411.593
	<u>2.523.015</u>	<u>1.773.820</u>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias com liquidez diária.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição têm por propósito proteger os ativos e passivos próprios de riscos atrelados a variação cambial, taxa de juros, entre outros.

Os instrumentos financeiros estão custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor nocional				2024
		Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	123.024	9	-	459	-
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado	399.600	24.150	-	64.755	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	11.119.904	699.207	(2.451)	67.190	221.475
		<u>723.366</u>	<u>(2.451)</u>	<u>132.404</u>	<u>221.475</u>
Circulante		<u>269.732</u>	<u>(2.451)</u>		
Não circulante		<u>453.634</u>	<u>-</u>		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

Tipo	Valor nocional				2023
		Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
Swap - Pré x DI	551.990	10	(176)	(8.095)	-
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado	749.816	13.617	(2.706)	(107.197)	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	11.084.397	143.074	(162.350)	220.791	(235.777)
		156.701	(165.232)	105.499	(235.777)
Circulante		128.123	(20.532)		
Não circulante		28.578	(144.700)		

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado, empréstimos no exterior e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, assim como as políticas e os objetivos da gestão de risco, foram documentados no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixas. As operações de *hedge* são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI) e *hedge* de risco de mercado para proteger da exposição à variação cambial do Dólar provenientes da contratação de empréstimos do exterior.

Em 31 de dezembro de 2024 o valor nocional é de R\$ 11.519.504 (2023 – R\$ 11.834.213), com prazos de vencimentos entre 2025 até julho de 2028. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado positivo com reflexo no resultado R\$ 131.945 (2023 – positivo de R\$ 113.594) e no resultado abrangente o *hedge* de fluxo de caixa gerou efeito positivo no exercício de R\$ 457.252 (2023 – negativo de R\$ 256.851) líquido dos efeitos tributários, com saldo apresentado no patrimônio líquido R\$ 221.475 (2023 – negativo R\$ 235.777).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC), constituídos sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

Início	FIDC	2024	2023
11/2021	Driver Brasil Five Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Five	-	39.319
07/2023	Driver Brasil Six Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Six	33.400	84.016
		<u>33.400</u>	<u>123.335</u>
	Não circulante	<u>33.400</u>	<u>123.335</u>

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Conforme previsto em Regulamento, no primeiro semestre de 2024, houve a liquidação antecipada do FIDC Driver Five em virtude do cedente exercer a opção de recompra total da carteira à medida que o saldo do valor de recebível descontado dos direitos creditórios cedidos estava abaixo de 10% (dez por cento).

A Instituição em julho de 2023, lançou o Driver Brasil Six Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC Driver Six, nos mesmos critérios dos FIDC's anteriores (Nota 6(f)).

Depósito vinculado	2024	2023
Depósitos vinculados – circulante	-	543.570

Em 08 de dezembro de 2023, a Instituição efetuou um depósito vinculado ao aumento de capital (Nota 18) em Letras do Tesouro Nacional no montante de R\$ 543.570.

Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2024 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Operações de crédito	43.425.717	35.262.711
Operações de arrendamento mercantil financeiro	44.854	44.801
Outros créditos - títulos e créditos a receber	3.196.630	2.118.025
	<u>46.667.201</u>	<u>37.425.537</u>

(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2024					
Nível de	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	12.222.520	12.222.520	-
A	-	-	23.578.614	23.578.614	117.894
B	512.670	64.679	4.672.997	5.250.346	52.504
C	767.745	41.919	1.966.333	2.775.997	83.306
D	476.348	34.727	493.780	1.004.855	100.485
E	232.513	22.977	107.351	362.841	108.852
F	160.028	21.168	124.795	305.991	152.996
G	105.504	17.897	45.278	168.679	118.075
H	612.129	169.786	215.443	997.358	997.359
	<u>2.866.937</u>	<u>373.153</u>	<u>43.427.111</u>	<u>46.667.201</u>	<u>1.731.471</u>
2023					
Nível de	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos			
AA	-	-	9.192.098	9.192.098	-
A	-	-	18.553.012	18.553.012	92.782
B	453.300	52.207	4.866.165	5.371.672	53.722
C	773.736	38.250	1.469.580	2.281.566	68.447
D	412.904	27.713	409.712	850.329	85.033
E	146.634	15.712	103.090	265.436	79.631
F	96.899	13.068	115.792	225.759	112.880
G	78.794	12.801	34.563	126.158	88.311
H	312.271	84.294	162.942	559.507	559.507
	<u>2.274.538</u>	<u>244.045</u>	<u>34.906.954</u>	<u>37.425.537</u>	<u>1.140.313</u>

(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

	2024		
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	684.234	12.723.992	13.408.226
De 181 a 360 dias	587.001	8.765.313	9.352.314
Acima de 361 dias	1.595.702	21.828.480	23.424.182
	<u>2.866.937</u>	<u>43.317.785</u>	<u>46.184.722</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	42.232	109.326	151.558
De 15 a 60 dias	134.667	-	134.667
De 61 a 180 dias	125.833	-	125.833
De 181 a 360 dias	70.421	-	70.421
	<u>373.153</u>	<u>109.326</u>	<u>482.479</u>
	<u>3.240.090</u>	<u>43.427.111</u>	<u>46.667.201</u>
	2023		
	Curso anormal	Curso normal	Total
vincendas			
Até 180 dias	496.359	10.056.558	10.552.917
De 181 a 360 dias	436.668	6.608.245	7.044.913
Acima de 361 dias	1.341.511	18.086.855	19.428.366
	<u>2.274.538</u>	<u>34.751.658</u>	<u>37.026.196</u>
vencidos			
De 01 a 14 dias	31.645	155.296	186.941
De 15 a 60 dias	103.578	-	103.578
De 61 a 180 dias	74.146	-	74.146
De 181 a 360 dias	34.676	-	34.676
	<u>244.045</u>	<u>155.296</u>	<u>399.341</u>
	<u>2.518.583</u>	<u>34.906.954</u>	<u>37.425.537</u>

(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2024	2023
Pessoas físicas	20.172.914	13.958.587
Outros serviços	15.938.762	14.077.078
Comércio	6.758.746	6.106.435
Indústria	2.575.152	2.304.456
Rural	329.612	270.680
Habitação	784.651	628.185
Intermediário financeiro	107.364	80.116
	<u>46.667.201</u>	<u>37.425.537</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

(e) Carteira de arrendamento mercantil

	2024		2023	
	Financeiro	Operacional	Financeiro	Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	350	-	132	-
Bens arrendados	72.791	2.589	58.888	2.888
Depreciação acumulada de bens arrendados	(44.463)	(1.548)	(29.492)	(1.705)
Superveniência de depreciação	28.915	-	22.999	-
Perdas em arrendamento a amortizar	-	-	337	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	-	-	(92)	-
Credores por antecipação de valor residual	(12.739)	-	(7.971)	-
	<u>44.854</u>	<u>1.041</u>	<u>44.801</u>	<u>1.183</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2028 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 20.701 (2023 - R\$ 21.665), sendo que desse total R\$ 12.739 (2023 - R\$ 7.971) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

(f) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria “com retenção substancial de risco e benefícios” e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em “Operações de crédito” e o passivo registrado como “Outros passivos financeiros”. Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Five	11/2021	1.139.633	1.116.926
FIDC Driver Six	07/2023	758.761	759.773
		<u>1.898.394</u>	<u>1.876.699</u>

ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
FIDC Driver Five	-	140.916	-	147.200
FIDC Driver Six	127.730	445.405	131.767	448.488
	<u>127.730</u>	<u>586.321</u>	<u>131.767</u>	<u>595.688</u>
Circulante	99.335	402.608	101.084	386.385
Não circulante	28.395	183.713	30.683	209.303

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

	2024	2023
Saldo inicial	1.140.313	824.310
Constituição de provisão	1.295.352	846.695
Baixas por utilização	(704.194)	(530.692)
Saldo final	<u>1.731.471</u>	<u>1.140.313</u>

Em 31 de dezembro, foram recuperados créditos no montante de R\$ 368.825 (2023 - R\$ 375.407). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 1.102.511 (2023 - R\$ 720.024) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R\$ 2.114.601 (2023 - R\$ 1.361.841).

Em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, foram concedidas renegociações e prorrogações de dívida a clientes que apresentavam atrasos inferiores a 15 dias no cenário anterior a mesma.

7. OUTROS ATIVOS

	2024	2023
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16 (a))	1.101.271	1.035.621
Devedores diversos - país trânsito	328.410	269.795
Impostos e contribuições a compensar	774.675	694.018
Outros valores e bens	326.509	143.384
Despesas antecipadas	15.297	8.576
Total	<u>2.546.162</u>	<u>2.151.394</u>
Circulante	<u>1.223.240</u>	<u>909.879</u>
Não circulante	<u>1.322.922</u>	<u>1.241.515</u>

8. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
	2024	2023
Informações sobre a investida:		
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	100,00%	100,00%
Lucro líquido nos exercícios	96.996	82.272
Patrimônio líquido	622.456	525.461
Resultado de participação em controlada	96.996	82.272
Investimento	622.456	525.461

9. IMOBILIZADO DE USO

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, referem-se a instalações, móveis e equipamentos de uso. O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 6.350 (2023 – R\$ 5.364), sendo aquisições no exercício de R\$ 3.840 (2023 – R\$ 1.418), depreciação de R\$ 2.811 (2023 – R\$ 3.099) e baixas de R\$ 43 (2023 – 0).

10. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base em taxas anuais e referem-se a softwares e custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente. O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 37.914 (2023 – R\$ 31.002), sendo aquisições no período de R\$ 52.493 (2023 – R\$ 6.344), amortização de R\$ 8.316 (2023 – R\$ 3.678) e baixas de R\$ 37.265 (2023 – 0).

11. RECURSOS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Os recursos de Instituição Financeira, referem-se a um total de R\$ 11.096.382 (2023 - R\$ 9.855.522), sendo segregados por:

- Obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (“FINAME”), basicamente indexados a TJLP e TJLP SELIC;
- Depósitos interfinanceiros custodiados na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 100,00% a 107,75% do DI (2023 - 100,00% a 113,00% do DI), com o respectivo fluxo de vencimento;
- Obrigações por Operações Compromissadas em Notas do Tesouro Nacional com prazo de vencimento em até 1 dia, e;
- Obrigações com Empréstimos no Exterior em Dólar e Iene, a taxas de juros prefixadas de até 6,71% ao ano, com prazo de vencimento em até 3 anos (2023 - 7,23% ao ano, com prazo de vencimento em até 3 anos).

	2024			2023		
	Depósitos interfinanceiros	Obrigações repasses - FINAME	Empréstimos no Exterior	Depósitos interfinanceiros	Obrigações repasses - FINAME	Empréstimos no Exterior
Até 90 dias	2.208.909	61.906	330.488	1.229.716	66.545	-
De 91 a 365 dias	2.859.870	170.402	1.048.774	5.551.209	172.850	286.745
De 1 a 3 anos	3.414.133	312.002	617.880	1.517.205	371.404	518.469
Acima de 3 anos	-	72.018	-	-	141.379	-
Total	8.482.912	616.328	1.997.142	8.298.130	752.178	805.214
Circulante	5.068.779	232.308	1.379.262	6.780.925	239.395	286.745
Não circulante	3.414.133	384.020	617.880	1.517.205	512.783	518.469

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

12. RECURSOS DE CLIENTES

Os recursos de clientes, referem-se a depósitos a prazo, custodiada na B3, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,0% a 111,8% do DI (2023 - 97,0% a 111,8% do DI).

Em 31 de dezembro, é composta como segue:

	2024	2023
Até 90 dias	6.508.186	3.235.699
De 91 a 365 dias	8.756.685	4.564.410
De 1 a 3 anos	3.733.386	5.103.422
Acima de 3 anos	32.003	118.791
Total	19.030.260	13.022.322
Circulante	15.264.871	7.800.109
Não circulante	3.765.389	5.222.213

13. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na B3, com vencimento até dezembro 2028 (2023 - com vencimento até novembro de 2027), indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 100,0% a 110,2% do DI (2023 - 100,0% a 110,2% do DI).

	2024	2023
Até 90 dias	464.865	845.922
De 91 a 365 dias	4.148.919	3.106.468
De 1 a 3 anos	7.751.478	6.619.070
Acima de 3 anos	919.801	766.807
	13.285.063	11.338.267
Circulante	4.613.784	3.952.390
Não circulante	8.671.279	7.385.877

14. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na B3. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são compostas como segue:

Prazo até o vencimento	Valor original da operação		Saldo	
	2024	2023	2024	2023
Até 1 ano	84.950	93.863	293.587	301.184
De 1 a 3 anos	604.705	335.800	1.198.832	944.981
De 3 a 5 anos	-	353.855	-	422.260
	689.655	783.518	1.492.419	1.668.425

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,6% a 9,4% ao ano (2023 – 8,7% a 9,6% ao ano).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 31 de dezembro, o montante referente a esses passivos é de R\$1.426.451 (2023 – R\$1.588.972). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

O valor utilizado como Nível II (Nota 23 (b)) do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 232.045 (2023 – R\$ 474.143).

15. PROVISÕES

A composição das Provisões classificadas no Passivo não Circulante é demonstrada abaixo:

	2024	2023
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 16)	1.199.661	1.287.008
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 23 (h))	127	114
	<u>1.199.788</u>	<u>1.287.122</u>
Não circulante	<u>1.199.788</u>	<u>1.287.122</u>

16. PROVISÕES – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 31 de dezembro, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2024	2023	2024	2023
Reclamações trabalhistas (Nota 16 (c))	25.514	31.297	11.386	14.225
Reclamações cíveis (Nota 16 (c))	194.810	173.755	43.304	35.436
Riscos fiscais (Nota 16 (c))	138.780	147.660	118.086	112.678
Obrigações legais (Nota 16 (c))	840.557	934.296	928.495	873.282
Total	<u>1.199.661</u>	<u>1.287.008</u>	<u>1.101.271</u>	<u>1.035.621</u>
Não circulante	<u>1.199.661</u>	<u>1.287.008</u>	<u>1.101.271</u>	<u>1.035.621</u>

(b) A movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais	
	Exercícios	
	2024	2023
Saldo inicial	1.287.008	1.252.763
Constituição (ii)	59.913	63.944
Reversão (ii)	(11.790)	(89.866)
Baixa (i)	(206.363)	(34.594)
Atualização monetária (ii)	70.893	94.761
Saldo final	<u>1.199.661</u>	<u>1.287.008</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

(i) Refe-se, principalmente a baixa de obrigações legais, da discussão quanto a incidência de IRPJ e CSLL sobre as receitas de atualização monetária de Ativos.

(ii) A movimentação da constituição, reversão e atualização monetária do exercício de 2024, foi registrado na rubrica reversão/(despesas) de provisão da Demonstração de Resultado, no montante de R\$ 119.135 (2023 – R\$ 68.839) e o restante de R\$ 119 (2023 – R\$ 0), registrado na rubrica contribuição social.

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário / financeiro, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. As provisões consideram o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Riscos fiscais – referem-se, principalmente, à discussão quanto a cobrança de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro de veículos no Município de São Paulo, no total de R\$ 81.559 (2023 - R\$ 77.777) e a discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) de operações de arrendamento mercantil, no total de R\$ 4.044 (2023 – R\$ 48.412).

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e, posteriormente, de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 801.104 (2023 - R\$ 751.965), à discussão quanto a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo de PIS, que compõe grande parte do montante de R\$ 33.526 (2023 – R\$ 32.062) e à discussão quanto a incidência de IRPJ e CSLL sobre as receitas de atualização monetária de Ativos para o ano de 2023 de R\$ 145.364 encerrado em 2024.

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

A Instituição tem ações de natureza tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

	2024	2023
Tributárias		
IOF (i)	923.362	883.860
IRPJ/CSLL (ii)	336.317	365.360
ISS (iii)	410.081	465.204
Outros	208.215	179.380
	<u>1.877.975</u>	<u>1.893.804</u>
Cíveis		
Ações revisionais	10.573	6.672
	<u>10.573</u>	<u>6.672</u>

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007, decorrente de reorganização societária do Grupo.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e respectivas multas referente à amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido (VRG) e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

17. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Impostos e contribuições a pagar	192.806	267.892
Resultado de exercícios futuros	806.511	639.875
Contratos de financiamentos a pagar	98.964	163.826
Contas a pagar	388.246	179.330
Recebimentos em trânsito a processar	55.441	44.233
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	16.593	12.080
Outros	37.013	37.163
Total	<u>1.595.574</u>	<u>1.344.399</u>
Circulante	<u>809.511</u>	<u>957.995</u>
Não circulante	<u>786.063</u>	<u>386.404</u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2023 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em 2023 foram deliberados aumentos de capital, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, sem a emissão de novas ações, nos montantes respectivos de R\$ 230.000 e R\$ 502.750, aprovado pelo Banco Central do Brasil em 09 de agosto de 2023 ((Assembleia Geral Extraordinária de 22 de junho de 2023) e em 27 de fevereiro de 2024 (Assembleia Geral Extraordinária de 08 de dezembro de 2023).

Em 2024 foram deliberados aumentos de capital, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, sem a emissão de novas ações, nos montantes respectivos de R\$ 538.981 e R\$ 535.132 aprovado pelo Banco Central do Brasil em 18 de julho de 2024 (Assembleia Geral Extraordinária de 20 de junho de 2024) e 28 de novembro de 2024 (Assembleia Geral Extraordinária de 11 de novembro de 2024).

(b) Dividendos e Juros sobre o Capital próprio

Por deliberação dos acionistas não foram propostos dividendos relativos ao exercício de 2024.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 11 de novembro de 2024, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, relativo a anos de 2019 até 2023, no valor de R\$ 692.434. Os juros sobre o capital próprio foram calculados, conforme o parágrafo segundo do artigo 75 da IN 1.700/2017, mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) calculada pro rata dia e aplicada sobre o patrimônio líquido à época. Em atendimento à legislação, o montante dos juros sobre o capital próprio deliberado e pago foi contabilizado no patrimônio líquido, sem prejuízo do respectivo efeito fiscal na base de cálculo do IRPJ e da CSL. Os valores creditados e foram pagos em novembro de 2024.

19. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Exercícios	
	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido dos exercícios	444.777	121.489
Denominador		
Média ponderada do número de ações	312.956	312.956
Lucro líquido por ação	1,42	0,39

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%). O saldo dos ativos fiscais diferidos é de R\$ 1.842.608 (2023 - R\$ 1.556.241) relacionados principalmente a provisões e perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 1.583.418 (2023 - R\$ 1.163.133) e contingências no montante de R\$ 169.287 (2023 - R\$ 169.797). O saldo dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 335.162 (2023 - R\$ 56.851) e referem-se a atualização de depósitos judiciais R\$ 68.036 (2023 - R\$ 39.253), superveniência de depreciação R\$ 13.012 (2023 - R\$ 10.350) e ajuste a valor de mercado sobre *hedge* de fluxo de caixa R\$ 254.114 (2023 - R\$ 7.247), com prazo de realização em 2030.

(a) Ativos fiscais diferidos - período de realização

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>De 2029 a 2034</u>	<u>Total</u>
Imposto de renda e contribuição social	56.680	125.495	467.345	226.194	966.894	1.842.608

O valor presente dos Ativos fiscais diferidos no período totaliza R\$ 1.217.480 (2023 - R\$ 1.151.391) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e dos passivos fiscais diferidos

	<u>Ativos fiscais diferidos</u>		<u>Passivos fiscais diferidos</u>	
	<u>Exercícios</u>		<u>Exercícios</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	1.556.241	1.244.901	56.850	123.483
Constituição	1.128.647	833.533	285.763	28.924
Realização	<u>(842.280)</u>	<u>(522.193)</u>	<u>(7.451)</u>	<u>(95.557)</u>
Saldo final	<u>1.842.608</u>	<u>1.556.241</u>	<u>335.162</u>	<u>56.850</u>

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos ativos fiscais diferidos de 31 de dezembro de 2024 de 2023, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	239.008	209.922
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	(107.554)	(94.465)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social		
Adições (exclusões) permanentes (i)	266.859	(36.811)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	43.648	37.022
Deduções de incentivos fiscais	1.484	3.921
Ajuste período anterior	-	3.047
Outros	1.332	(1.147)
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios	205.769	(88.433)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(176.399)	(256.256)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	382.168	167.823

- (i) Refere-se basicamente aos juros sobre o capital próprio pagos em novembro de 2024, vide nota 18.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Exercícios	
	2024	(Passivo) 2023	2024	Receita (Despesa) 2023
Volkswagen Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(56.483)	(11.212)	(2.968)	(2.005)
Consórcio Nacional Volkswagen -				
Depósitos a prazo	(385.942)	(263.666)	(33.688)	(33.978)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(37.081)	(63.981)	(5.919)	(4.490)
Volkswagen Administradora de Negócios				
Depósitos a prazo	(10.747)	(2.215)	(631)	(199)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(41.742)	(88.705)	(6.799)	(11.784)
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(42.573)	(775)	(5.833)	(9.333)
Contas a pagar	(30.496)	(20.492)	-	(177.790)
Outras despesas administrativas	-	-	(284.494)	(233.611)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos				
Depósitos a prazo	(3.335.747)	(1.596.923)	(287.836)	(194.369)
Letras financeiras subordinadas	(1.492.419)	(1.668.425)	(140.512)	(156.636)
Contas a receber – valores a ressarcir	157.295	66.888	574.656	414.166
Arrendamento mercantil financeiro	511	879	105	98

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

	Ativo (Passivo)		Exercícios Receita (Despesa)	
	2024	2023	2024	2023
Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de				
Depósitos a prazo	(2.185.325)	(1.366.035)	(187.146)	(102.456)
Contas a receber – valores a ressarcir	13.241	18.657	52.712	43.417
Contas a receber	8.703	26.362	1.568	1.101
AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	(846.515)	(840.864)	(78.163)	(93.952)
Contas a receber – valores a ressarcir	5.103	2.527	6.815	968
Volkswagen Bank GmbH				
Contas a pagar	-	-	(644)	(20.802)
VW FS Digital Solutions GMBH				
Contas a pagar	689	-	-	-
Volkswagen Business Services GmbH				
Contas a pagar	-	-	(17.833)	-
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	-	-	(9.656)	(5.465)
Volkswagen Soft Asset Management GmbH				
Contas a pagar	-	-	(5.115)	(4.292)
MAN Energy Solutions Brasil e Equipamentos e				
Depósitos a prazo	-	11.324	(1.062)	(350)
Volkswagen AG				
Contas a pagar	-	-	(4.296)	-
Ducati do Brasil Indústria e Comércio de				
Contas a receber – valores a ressarcir	45	219	79	13.869
LM Transportes Interestaduais Serviços e				
Depósitos a prazo	(1.925.221)	(1.391.584)	(118.572)	(80.799)
Operação de crédito	-	-	-	(5)
Títulos e créditos a receber	523.513	600.663	40.041	-
LM Transportes Serviços e Comércio Ltda				
Depósitos a prazo	-	-	-	(973)
Operação de crédito	-	-	-	55
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-
Porsche Brasil Importadora de Veículos Ltda.				
Depósitos a prazo	-	(465.572)	(14.800)	(34.214)
Contas a receber – valores a ressarcir	-	792	-	929
Volkswagen Financial Services N.V.Amsterdam				
Empréstimo no exterior	-	-	-	(46.457)
São Bernardo Administração de Créditos Ltda				
Depósitos a prazo	(9.047)	(8.403)	(896)	(316)
Scania Latin América Ltda.				
Depósitos a prazo	(210.263)	(182.407)	(20.470)	(7.125)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	Exercícios	
	2024	2023
Benefícios de curto prazo	12.063	12.964
Benefícios pós-emprego	2.084	2.445
Outros benefícios de longo prazo	1.071	1.022
	15.218	16.431

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

22. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2.523.015	2.523.014	1.773.820	1.773.820
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (i)	33.400	33.400	123.335	123.335
Instrumentos financeiros derivativos (i)	723.366	723.366	156.701	156.701
Operações de crédito e arrendamento mercantil (i)	41.764.500	41.923.536	34.192.064	33.397.115
Outros ativos	654.920	654.920	338.247	338.247
Total de ativos financeiros	45.699.201	45.858.236	36.584.167	35.789.218
Recursos de instituição financeira (ii)	11.096.382	11.096.383	9.855.522	9.855.522
Recursos de clientes (iii)	19.030.260	19.030.261	13.022.322	13.022.322
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	13.285.063	13.285.062	11.338.267	11.338.267
Instrumentos financeiros derivativos (i)	2.451	2.451	165.232	165.232
Dívidas subordinadas (iv)	1.492.419	1.684.576	1.668.425	1.707.752
Outros passivos (v)	1.300.104	1.300.104	1.642.520	1.642.520
Total de passivos financeiros	46.206.679	46.398.837	37.692.288	37.731.615

(i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

(ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

- Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.
- Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

(iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

(v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2024				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	600.000	600.000	-	-	600.000
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	33.400	33.400	-	-	33.400
Instrumentos financeiros derivativos	723.366	-	723.366	-	723.366
Total de ativos financeiros	1.356.766	633.400	723.366	-	1.356.766
Instrumentos financeiros derivativos	2.451	-	2.451	-	2.451
Passivos financeiros mensurados a valor justo	12.960.157	-	12.960.157	-	12.960.157
Total de passivos financeiros	12.962.608	-	12.962.608	-	12.962.608
	Em 31 de dezembro de 2023				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.362.128	1.362.128	-	-	1.362.128
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	123.335	123.335	-	-	123.335
Instrumentos financeiros derivativos	156.701	-	156.701	-	156.701
Total de ativos financeiros	1.642.164	1.485.463	156.701	-	1.642.164
Instrumentos financeiros derivativos	165.232	-	165.232	-	165.232
Passivos financeiros mensurados a valor justo	12.960.157	-	12.960.157	-	12.960.157
Total de passivos financeiros	13.125.389	-	13.125.389	-	13.125.389

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito – define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional – define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os eventos de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros – define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros em relação aos instrumentos mantidos na carteira bancária e nos resultados da instituição, além de promover efeitos no gerenciamento de capital. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez – define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Social, ambiental e climático – define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico:

I - Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e

II - Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, buscando prover condições para o tratamento adequado dos riscos sociais, ambientais e climáticas dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital – a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê de Riscos juntamente com a Diretoria o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>

(b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.950/21, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios – nos quais a Instituição assume substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como “Patrimônio Líquido” no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias após regras descritas no art. 4º da Resolução do CMN nº 4.955/21.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.955/21 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa.

Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

	2024	2023
Total do patrimônio de referência – PR ⁽¹⁾	5.292.038	3.717.912
Nível I	5.059.993	3.243.769
Capital principal	5.059.993	3.243.769
Patrimônio Líquido (Nota 18)	5.103.176	3.316.717
Ajustes prudenciais	(43.183)	(72.948)
Nível II	232.045	474.143
Instrumentos de dívida subordinada	232.045	474.143
Ativos ponderados pelo risco – RWA	42.394.419	35.139.378
Risco de crédito por abordagem padronizada – RWAcpad ⁽²⁾	40.095.460	33.320.094
Ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte – RWAcpva ⁽³⁾	177.912	60.285
Risco operacional por abordagem padronizada alternativa – RWAopad ⁽⁴⁾	2.121.047	1.758.999
Índice de Basileia – Total	12,48%	10,58%
Capital nível I	11,94%	9,23%
Capital principal	11,94%	9,23%

(1) Conforme Resolução do CMN nº 4.955/21;

(2) Conforme Resolução BACEN nº 229/22;

(3) Conforme Resolução BACEN nº 291/23.

(4) Conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% (2023 – 10,5%) entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 7,0% (2023 – 7,0%) entre o capital principal e o RWA, e de 8,5% (2023 – 8,5%) entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia do foi de 12,48% (2023 - 10,58%) e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 11,94% (2023 - 9,23%) em 31 de dezembro de 2023.

(c) Outras despesas administrativas

	2024	2023
Despesas com serviços especializados	425.498	359.946
Despesas com registro de contrato	116.058	77.793
Despesas com publicidade	62.045	8.889
Despesas com depreciação e amortização	11.127	6.777
Despesas de comunicação e manutenção	9.473	7.669
Outras despesas administrativas	9.982	8.466
	634.183	469.540

(d) Outras receitas operacionais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais

	Exercícios	
	2024	2023
Recuperação de encargos e despesas	132.275	77.412
Variação monetária ativa (i)	94.530	111.743
Reversão de provisões (ii)	25.120	19.471
Autorregularização – Anistia (iii)	64.593	-
Outras receitas operacionais	13.025	13.057
	<u>329.543</u>	<u>221.683</u>

(i) Refere-se, principalmente, a atualização de depósitos judiciais.

(ii) Refere-se, a reversão de processos fiscais.

(iii) Refere-se, ao programa de Autorregularização da Receita Federal de débitos de IRPJ e CSLL.

(e) Outras despesas operacionais

	Exercícios	
	2024	2023
Despesas com descontos concedidos	166.838	187.519
Despesas com comissões e bonificações com vendas (i)	671.548	444.407
Despesas com busca e apreensão	287.402	173.992
Despesas com provisões operacionais (ii)	9.054	6.173
Outras despesas operacionais	104.789	71.882
	<u>1.239.631</u>	<u>883.973</u>

(i) Referem-se, principalmente, às despesas com comissões, bonificações e prêmios por performance.

(ii) Referem-se, principalmente, às despesas com provisões para outros passivos.

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes de despesas, o qual não se espera que ocorram em exercícios futuros, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Detalhamos abaixo:

	Exercícios	
	2024	2023
Resultado recorrente	437.193	124.492
Resultado não recorrente	7.584	(3.003)
Provisão para devedores duvidosos (i)	7.584	(3.003)
Lucro líquido dos exercícios	<u>444.777</u>	<u>121.489</u>

(i) Referem-se, ao agravamento do rating, no cálculo da provisão para devedores duvidosos, em virtude da crise financeira decorrente da pandemia, ressaltamos que, os clientes não se enquadravam nas condições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.803/20.

(g) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, às tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(h) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 12.646 (2023 - R\$ 11.406), cuja provisão é de R\$ 127 (2023 - R\$ 114), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

(i) Resolução 4.966, de 25 de novembro de 2021

1) Incorporação da Taxa de Juros Efetiva

Com a incorporação da Taxa de Juros Efetiva, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos na categoria Custo Amortizado passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com os Arts. 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4.966/21. Dessa forma, as operações de crédito passarão a ter os custos de transação e valores recebidos diferidos durante a vida contratual dos instrumentos pela metodologia diferenciada linear.

2) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (Anteriormente “Provisão para Devedores Duvidosos”)

A provisão para perdas em operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito era constituída a partir de modelos internos de risco que classificavam as operações de acordo com os ratings previstos na Resolução CMN nº 2.682/99. Para a provisão de perdas, a Resolução CMN nº 2.682/99 dispunha sobre o modelo de perdas incorridas, onde as perdas eram reconhecidas apenas quando havia evidência objetiva de que uma perda havia ocorrido. Isso significava que as provisões para perdas eram feitas apenas após a identificação de um evento de perda, ou seja evento passado. Deste modo, sob a luz da Resolução CMN nº 2.682/99, a soma total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 1.731.471. Com a introdução da Resolução CMN nº 4.966/21, foi adotado o modelo de perdas esperadas, onde a Instituição passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e forward looking. Desta forma, a soma total de perdas esperadas passa a ser de R\$ 1.832.973, causando um impacto negativo de R\$ 101.502 (Sendo R\$ 55.826 líquido de efeitos tributários,

3) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Com a nova definição, houve um impacto na transição registrado em 1º de janeiro de 2025 de R\$ 5.178 no resultado, uma vez que na entrada em vigor da norma, esses contratos apresentaram atraso superior a 60 dias e menor que 91 dias, não recebendo a indicação de ativo problemático.

4) Impactos estimados no Patrimônio Líquido

A Instituição, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, efetuou os cálculos do efeitos da transição, que impactará em uma redução de R\$ 52.386 registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos fiscais de acordo com o artigo 70 parágrafo único. As alterações nas práticas contábeis serão aplicadas prospectivamente, considerando potenciais impactos no Patrimônio Líquido:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais**

	Impacto líquido dos efeitos Fiscais (iv)
Patrimônio Líquido 31/12/2024	<u>5.103.176</u>
Provisão para Perdas Esperadas Associadas a Risco de Crédito (i)	(55.826)
Ajuste de Stop Accrual (ii)	5.178
Provisão para Perdas Esperadas - Outros Instrumentos Financeiros (i)	(1.202)
Reserva Reflexa de investimentos (iii)	(536)
Patrimônio Líquido 01/01/2025	<u><u>5.050.790</u></u>

- (i) Mensuração da provisão levando em consideração a perda esperada;
(ii) Realinhamento dos novos parâmetros de stop accrual; e
(iii) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos;
(iv) O impacto tributário foi de R\$ 46.659 sobre os ajustes demonstrados no quadro, líquidos destes tributos.

5) Impactos estimados para apuração dos impostos

Foi publicada a Lei nº 14.467/22, conversão da Medida Provisória nº 1.128/22, que estabelece um novo tratamento tributário referente às perdas sofridas em função do não recebimento de créditos por parte de bancos e outras entidades que têm autorização do Banco Central do Brasil para operar. O objetivo da alteração é alinhar as normas tributárias e contábeis, visando reduzir as vulnerabilidades associadas aos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. A nova lei altera completamente a lógica de dedutibilidade das perdas. Regra geral, uma vez que o crédito é caracterizado como inadimplido deduz-se o resultado da multiplicação do crédito inadimplido pelo Fator A, e nos meses subsequentes a dedução se dá pela multiplicação do crédito pelo Fator B.

Quanto ao estoque de perdas, em síntese, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Caso o prazo seja insuficiente, permite a dedução em até 120 meses, se optado até 31 de dezembro de 2025.

Os efeitos da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e dos passivos fiscais diferidos, conforme demonstrado na Nota 20 (a).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de Janeiro de 2025 houve a emissão de Letras Financeiras Subordinadas Nível II no valor de R\$ 314.700 indexadas ao DI, com vencimento em 08 de janeiro de 2035. E em 27 de janeiro de 2025 houve outra emissão Letras Financeiras Subordinadas Nível II no valor de R\$ 39.900 indexadas ao DI, com vencimento em 27 de janeiro de 2035.

DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO
Diretor - CEO

MARCEL EMILE FICKERS
Diretor - CFO

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
Diretor

MURILO AZEVEDO BRUNO
Diretor

CONTADOR

LEONARDO BUCSAN EMRICH
Contador - CRC MG-088837/O-0 T-SP

*

*

*

BANCO VOLKSWAGEN S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49

N.I.R.E. nº 35.300.060.091

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2024

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, a constituição do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen. A autoridade deste Comitê de Auditoria abrange o Conglomerado Prudencial, que engloba, para fins desse relatório, a instituição líder Banco Volkswagen e sua controlada Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. ("CNVW"), composto e funcionando em atendimento à Resolução nº 4910/2021, do Conselho Monetário Nacional, e a Resolução nº 130/2021, do Banco Central do Brasil.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, devidamente qualificados nos atos que os elegeram: Srs. Luis Fabiano Alves Penteado, eleito como Presidente; Carlos Augusto da Silva, eleito como Membro Qualificado; e, Sra. Luciana Ibiapina Lira Aguiar, eleita como Membro; todos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2023, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pela Diretoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos e recomendar correções ou aprimoramentos dentro do âmbito de suas atribuições; (ii) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente, quanto a efetividade e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, incluindo a sua qualificação e a independência; (iii) avaliar o cumprimento, pela administração, das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos; e (iv) revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório da administração e o relatório do Auditor Independente do Banco Volkswagen e do CNVW.

As avaliações do Comitê de Auditoria foram baseadas, primordialmente, nas informações fornecidas pelas diversas Diretorias e no resultado dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é também responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e do CNVW e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de avaliação e de consultoria sobre (i) a efetividade e a eficiência dos sistemas e processos de controles internos, de gerenciamento de riscos e de governança corporativa, (ii) a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais, (iii) o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, às recomendações dos organismos reguladores e aos códigos de conduta internos, (iv) a salvaguarda dos ativos e as atividades relacionadas à função financeira da instituição, (v) as atividades, os sistemas e os

processos recomendados ou determinados pelo Banco Central do Brasil, e (vi) a estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital.

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. é responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis e emissão de opiniões sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen e do CNVW, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo também de sua responsabilidade auditar as Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

O planejamento anual de trabalhos do Comitê de Auditoria é realizado no início de cada exercício, considerando as demandas regulamentares e os assuntos que possam impactar as demonstrações financeiras, a gestão de riscos e a gestão de controles internos, sendo revisado periodicamente conforme a execução de suas atividades.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, destacam-se: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de 2024, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e relatório da Auditoria Independente; (ii) zelar pela atuação, independência e qualidade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seus planos de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e internos aplicáveis ao Banco Volkswagen e ao CNVW, além de regulamentos e políticas internas; (iii) acompanhar as providências tomadas para atendimento às recomendações decorrentes dos trabalhos do Auditor Independente, do Auditor Interno, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores; (iv) avaliar os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) da Auditoria Independente; (v) zelar pela efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos; (vi) realizar reuniões periódicas com executivos das áreas de Gestão de Riscos, Jurídico, Tributário, Compliance & Controles Internos, Tecnologia da Informação, Sustentabilidade & ESG e Contabilidade com o objetivo de zelar pela qualidade e efetividade de assuntos como gestão integrada de riscos, política de responsabilidade social, ambiental e climática, capital regulatório, operações com partes relacionadas, alterações regulatórias e normativas, cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, inspeções e observações de órgãos reguladores, avaliação de controles internos, conduta, segurança cibernética, contingências e efetividade da prevenção a lavagem de dinheiro, e; (vii) emitir o presente Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base e demais atividades pertinentes a este fórum.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou, sempre que julgou necessário, recomendações à Administração com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação e da execução de seu plano anual e do acompanhamento de suas principais conclusões, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que constatou que os trabalhos

produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

No decorrer de suas atividades, o Comitê de Auditoria não tomou conhecimento sobre fraudes, descumprimento de regulamentos, e nem sobre falhas de controles internos e contábeis que pudessem colocar em risco a continuidade do Banco Volkswagen e do CNVW.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen e do CNVW, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen e do CNVW são satisfatórios, possuem qualidade e independência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não houve divergência entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria.

Em vista dos resultados dos trabalhos e avaliações que desenvolveu e com base no relatório da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e do CNVW relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de março de 2025.

Comitê de Auditoria

Luis Fabiano Alves Penteado – Presidente

Carlos Augusto da Silva – Membro Qualificado

Luciana Ibiapina Lira Aguiar – Membro